



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000341845

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1009056-69.2020.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que são apelantes/apelados C.A.P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA e SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL SÃO PAULO, é apelado/apelante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e Apelado SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL SÃO PAULO.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto da Relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANA MARIA BALDY (Presidente sem voto), MARRONE SAMPAIO E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 7 de abril de 2025.

Flávia Beatriz González da Silva

RELATORA

Assinatura eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação n.: 1009056-69.2020.8.26.0477

Comarca: Praia Grande

Juiz da causa: Leonardo Grecco

Apelantes: 1) C.A.P. Serviços Médicos Ltda SPD; 2) Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; 3) Ministério Público do Estado de São Paulo

Apelados: 1) SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, 2) Ministério Público do Estado de São Paulo

Voto n. 2078.

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS SOCIAIS - CONTRATAÇÃO DE FALSO MÉDICO – GRAVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS À SAÚDE PÚBLICA – VIOLAÇÃO DO DEVER DE DILIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS EMPRESAS TERCEIRIZADAS E SUBSIDIÁRIA DA GESTORA HOSPITALAR – MONTANTE INDENIZATÓRIO BEM FIXADO EM R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). RECURSOS DAS RÉS SPDM E C.A.P. SERVIÇOS MÉDICOS DESPROVIDOS, MANTENDO-SE SUAS RESPONSABILIDADES, E RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESPROVIDO, PERSISTINDO A RESPONSABILIDADE DA SPDM DE FORMA SUBSIDIÁRIA. AUSENTE MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS, PORQUANTO NÃO FIXADOS NA ORIGEM.

Tratam-se de recursos de apelação contra a r. sentença proferida em Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), C.A.P. Serviços Médicos e UCOT – Unidade Clínica de Ortopedia e Traumatologia, visando à responsabilização por danos sociais decorrentes da contratação de falso médico que atuou ilegalmente no Hospital Municipal Irmã Dulce, localizado no Município de Praia Grande, durante quase um ano.

O profissional foi contratado pela CAP Serviços Médicos e, posteriormente, mantido pela UCOT, para atuar no referido nosocômio, que se

encontrava sob gestão da SPDM.

De acordo com o d. juízo de origem, a negligência na contratação, durante a pandemia de COVID-19, resultou em prejuízos à sociedade, impactando o sistema público de saúde e a confiança nos serviços médicos e, portanto a r.sentença de primeiro grau condenou as rés ao pagamento de danos sociais valorados em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo a responsabilidade das empresas CAP Serviços Médicos e UCOT solidária, e subsidiária à responsabilidade da SPDM, destacando falhas graves no processo de fiscalização.

As rés alegaram ausência de dolo ou culpa, sustentando a boa-fé na verificação documental e argumentando que os documentos apresentados pelo falso médico incluíam registro válido no CREMESP.

O recurso da C.A.P. preliminarmente, alega a nulidade da r. sentença, argumentando que o julgamento foi baseado exclusivamente em laudo pericial inconclusivo e, no mérito, sustenta a ausência de responsabilidade civil, enfatizando que o "falso médico" foi contratado com base em documentos oficiais e informações obtidas no site do CREMESP, que se mostrou desatualizado e sem fotografia do profissional. A apelante argumenta que adotou as medidas cabíveis para verificar a autenticidade dos documentos, agindo de boa-fé. Assim, entende ser imprescindível o chamamento ao processo do CREMESP, sob alegação de solidariedade entre os fornecedores de serviços.

O recurso da S.P.D.M., por sua vez, alega que a associação cumpriu integralmente as exigências contratuais e administrativas, adotando fluxos rigorosos de conferência documental, embora a responsabilidade pela verificação original dos documentos fosse da empresa contratada. Destaca que, à época, os documentos apresentados incluíam registro válido no CREMESP e que a falsificação não era perceptível de imediato. Além disso, afirma que nunca houve reclamações sobre o desempenho do falso médico ou quaisquer denúncias de outros profissionais ou pacientes que indicassem irregularidades na prestação dos serviços. A apelante sustenta que a condenação na esfera cível contraria o entendimento firmado na ação penal, em que se reconheceu a aptidão da falsificação para enganar terceiros, afastando qualquer negligência ou culpa da instituição. Por fim, a SPDM defende

que não há fundamento para sua responsabilização subsidiária, considerando a ausência de conduta culposa e a inexistência de prejuízo demonstrado na prestação de serviços médicos à população.

Por fim, o recurso do Ministério Público do Estado de São Paulo pretende a condenação solidária da S.P.D.M. e, não de forma subsidiária, como foi decidido em primeira instância.

Anoto que foi atribuído à causa o valor de R\$ 500.000,00 e não houve condenação em custas e honorários sucumbenciais, com base no art. 18 da Lei 7347/85.

É o relatório.

Em relação ao recurso da CAP Serviços Médicos, a preliminar de nulidade da r. sentença não merece acolhida.

Alega-se que o julgamento teria se baseado exclusivamente em laudo pericial inconclusivo. Contudo a r. sentença analisou o conjunto probatório de maneira ampla, não se restringindo apenas ao laudo pericial, mas considerando elementos documentais e testemunhais que corroboram a conclusão de que houve falha no dever de cuidado na contratação do falso médico.

A alegação de boa-fé não afasta a responsabilidade das rés, sobretudo ao se considerar a razão da natureza dos serviços prestados ao público.

Além disso, a diligência alegada pela apelante não foi suficiente para impedir o exercício ilegal da medicina por quase um ano (de 09 de agosto de 2019 a 31 de junho de 2020), evidenciando negligência na verificação da autenticidade dos documentos, especialmente no contexto de pandemia (durante o primeiro semestre de 2020), quando a exigência de rigor na contratação e manutenção de profissionais de saúde era ainda maior.

Quanto ao mérito, não há respaldo para a exclusão da responsabilidade civil da CAP Serviços Médicos.

Embora tenha sido verificado que o falso médico apresentou documentos que, de acordo com a narrativa das rés, eram aparentemente válidos, a ausência de conferências adicionais por outros meios ou o exame detalhado de registros disponíveis configura omissão relevante.

O chamamento ao processo do CREMESP também não se justifica, pois a responsabilidade atribuída às rés decorre de falhas internas em seus procedimentos de contratação e fiscalização, sendo desnecessário o litisconsórcio com o órgão regulador.

Ademais, não houve falha na atuação do CREMESP, pois o registro do médico Henry Cantor Bernal é válido, considerando que o médico de fato existe e, de acordo com o relatado nos autos, atua na Colômbia, tendo o falso médico se passado por Henry Cantor Bernal, fraudando seus documentos de identidade, inclusive o diploma de medicina, os quais foram apresentados ao hospital que, ao consultar o site da CREMESP, verificou que o registro estava ativo e regular, o que não poderia deixar de ser, uma vez que o médico verdadeiro atuava de forma regular.

Nesse sentido, evidente a grave falha das rés ao não realizar cruzamento suficiente de documentos e verificarem de forma detalhada sua autenticidade, permitindo, dessa forma, o exercício ilegal da medicina do falso médico por quase um ano.

No que tange ao recurso da SPDM, igualmente não assiste razão à apelante.

A responsabilidade subsidiária reconhecida pela r. sentença encontra fundamento no dever de fiscalização de contratos celebrados com empresas terceirizadas, especialmente em serviços médicos.

A alegação de cumprimento das exigências contratuais e administrativas, bem como a ausência de reclamações sobre o falso médico, não afasta o dever de diligência da gestora do hospital.

Ao assumir a gestão de unidade pública de saúde, a SPDM assumiu também a obrigação de zelar pela qualidade e segurança dos serviços prestados, o que inclui a supervisão rigorosa sobre os profissionais contratados.

O fato de a falsificação ter sido supostamente sofisticada não exime a SPDM de responsabilidade, pois a ausência de mecanismos de controle adicionais contribuiu para a perpetuação do ato ilícito.

A decisão na esfera penal, que reconheceu a aptidão da falsificação para

enganar terceiros, não interfere na análise cível, onde o padrão de responsabilidade é mais abrangente e voltado à proteção da coletividade.

Às fls. 197/216 verifica-se o Contrato de Gestão entre a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande e a SPDM e, a partir de fls. 201 encontram-se dispostas as obrigações da contratada, destacando-se a cláusula XV, que aqui colaciono:

XV – Garantir equipes médicas e de enfermagem com as certificações, títulos e educação permanente que os habilitem ao exercício profissional desempenhado e em quantidade suficiente para o atendimento do serviço e todas as atividades dele decorrentes nas 24 horas do dia.

O contrato celebrado entre a S.P.D.M e a CAP Serviços Médicos, por seu turno, encontra-se às fls. 289/307, destacando-se, aqui, a Cláusula Terceira, itens, 3.1.1, 3.1.3, e 3.1.7 que estipulam as seguintes obrigações:

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Cabe à SPDM/PAIS – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina/ Programa de Atenção Integral à Saúde:

3.1.1 Orientar e acompanhar a execução deste Contrato;

3.1.2 Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a necessidade de alteração no Cronograma de execução, quando o caso;

3.1.3 Exigir a fiel observância das especificações do serviço, bem como recusar os que não contenham as especificações, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.1.4 Efetuar o pagamento nas condições e valor dispostos na Cláusula Quarta;

[...]

3.1.7 Exercer a avaliação dos padrões técnicos e de qualidade dos serviços prestados.

Semelhante obrigação cabia à S.P.D.M quando celebrou novo contrato, agora com a empresa UCOT, conforme se verifica às fls. 308/345.

Os contratos constantes dos autos reforçam o dever de fiscalização por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

parte da SPDM. O Contrato de Gestão firmado entre a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande e a SPDM, bem como os contratos celebrados com a CAP Serviços Médicos e posteriormente com a UCOT, estabelecem expressamente cláusulas que impõem à gestora a obrigação de verificar a regularidade dos profissionais e zelar pela boa execução dos serviços. A negligência na implementação e cumprimento dessas obrigações caracteriza clara falha *in vigilando*, sendo inegável sua responsabilidade subsidiária.

Superada a responsabilidade de ambas apelantes, passo a analisar o montante fixado a título de danos sociais.

A condenação de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a meu ver, revela-se adequada e proporcional, considerando a gravidade da conduta das rés e seus reflexos na coletividade.

A negligência na contratação e fiscalização de falso médico, especialmente durante período crítico de pandemia (primeiro semestre de 2020), expôs inúmeros pacientes à prestação de serviços ilegais e de qualidade duvidosa, comprometendo a confiança no sistema de saúde e gerando riscos diretos à vida e à integridade das pessoas atendidas.

Há, inclusive, relato testemunhal de óbitos ocorridos a pacientes atendidos pelo falso médico (fls. 5308 – testemunha Mariana Biazzi, médica emergencista do hospital Dulce Maria), que entregava pacientes com Covid a médicos do hospital em estado *"que não tinha mais jeito de resolver"*.

A gravidade do caso é evidente e, por tal razão entendo que o valor fixado cumpre a dupla função de compensar o dano difuso causado à sociedade e de desestimular práticas similares, sendo compatível com a natureza essencial e sensível dos serviços prestados, bem como com a capacidade econômica das rés.

Por fim, quanto ao recurso do Ministério Público, o pedido de reconhecimento da solidariedade da SPDM em lugar da responsabilidade subsidiária não procede, justamente pelo mencionado caráter *in vigilando* de suas obrigações contratuais.

A responsabilidade solidária pressupõe a existência de culpa concorrente ou a assunção direta da obrigação principal, o que não se verifica no caso da SPDM.

Embora tenha havido falha na fiscalização, sua conduta não se equipara à negligência direta e primária atribuída à CAP Serviços Médicos e à UCOT.

Nesse sentido a jurisprudência:

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE GESTÃO RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO - Cobrança pelos serviços prestados para a OSCIP que mantinha contrato de gestão Hospitalar com o Município de Ourinhos - Responsabilidade do município que, no caso em comento, é subsidiária, por culpa in vigilando - Contrato de gestão que indicou o dever de fiscalização contratual pelo Município Sentença mantida RECURSO NÃO PROVIDO. (Apelação nº 1002571-32.2021.8.26.0408, 6ª Câmara de Direito Público, TJSP, Rel. Des: Joel Birello Mandell, Julgado em 31/07/2024)".

Dessa forma, a manutenção integral da r. sentença é medida que se impõe, por estar em consonância com os princípios norteadores da responsabilidade civil, especialmente no que tange ao dever de diligência e à proteção da coletividade na prestação de serviços essenciais à saúde.

Vale deixar consignado que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos apresentados pelas partes.

Sua função é fundamentar a decisão de maneira suficiente, abordando os pontos essenciais e relevantes para o deslinde da controvérsia.

Desde que a decisão esteja devidamente motivada e enfrente as questões centrais do caso, a ausência de manifestação sobre todas as alegações não configura nulidade, conforme entendimento consolidado pela jurisprudência.

Ante o exposto e do que mais dos autos consta, **NEGO PROVIMENTO** aos recursos, mantendo-se a r. sentença de origem para reconhecer a responsabilidade solidária da C.A.P. Serviços Médicos pelos danos decorrentes da contratação negligente do falso médico e a responsabilidade subsidiária da SPDM, mantendo-se o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a título de indenização por danos morais.

Ausente majoração de honorários nesta instância recursal, porquanto não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

fixados na origem.

Por fim, uma advertência: atente-se as partes para o detalhe de que a oposição de Embargos de Declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos meramente infringentes poderá dar ensejo à imposição da multa prevista no artigo 1026, § 2º, do CPC.

Flávia Beatriz Gonçalez da Silva

RELATORA

Assinatura eletrônica